

# feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL  
DO MEIO AMBIENTE



## PARECER JURÍDICO

AUTUADO: RIO VERDE MINERAÇÃO S/A	PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO
PROCESSO Nº 00082/1982/020/2005	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2324/2005	
TIPO DE INFRAÇÃO: GRAVE	
PORTE: GRANDE	

### I – RELATÓRIO

A RIO VERDE MINERAÇÃO S/A foi autuada em 11.05.2005 pela prática da infração grave tipificada no art. 19, § 2º, item 4, do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02:

*Art. 19(...)*

*§ 2º - São consideradas infrações graves:*

*(...)*

*4. emitir ou lançar efluentes líquidos, gasosos ou resíduos sólidos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido nas Deliberações Normativas;*

O autuado apresentou Defesa tempestiva.

Em razão da autuação, foi aplicada, em 25.04.2007, pela Presidência da FEAM, multa no valor de R\$ 42.564,00.

Foi apresentado Pedido de Reconsideração tempestivo.

### II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado por "na frente de lavra, segundo informado sequência da Cava 3 e 4, especificamente onde a retro-escavadeira Fiatallis nº 809 está em operação, foi verificado "banheiro a céu aberto", o que é uma não conformidade perante a deliberação normativa. Ressalta-se que não foi encontrado em campo os banheiros químicos e ou fossas sépticas necessárias ao controle ambiental de tal não conformidade" (fl. 03)

No Pedido de Reconsideração, o autuado alega, em síntese, que:

- A defesa administrativa comprovou ostensivamente que o autuado conta com instalações sanitárias;

- Foi cerceado o direito de Defesa em razão da referência no Parecer Técnico à Lei 7.772/80;



- A tipificação legal foi equivocada;
- Não houve degradação ambiental;
- Não houve motivação no Auto de Infração e que na dúvida, o réu deveria ser beneficiado.

Sob o aspecto jurídico, as alegações apresentadas pelo autuado não descaracterizam a infração cometida.

Alega o autuado que no Relatório Técnico foram analisados artigos da Lei 7.772/80, o que feriria ao contraditório e ampla defesa. Ora, o Decreto 39.424/98 é a regulamentação da Lei 7.772/80, sendo que a referência à legislação base de maneira alguma afronta o direito de defesa do autuado.

No que diz respeito à tipificação da infração em comento, verifica-se sua perfeita legalidade em razão da utilização de tipo referente ao lançamento de efluentes líquidos causadores de degradação ambiental, consequência direta e lógica da inexistência de cabines sanitárias nos locais de aglomeração de caminhões.

No que tange à alegação de inexistência de dano ambiental, tem-se que no direito ambiental o empreendedor responde por todos os riscos de dano havidos em razão das atividades do seu empreendimento, independentemente de culpa, entendendo-se como tais os decorrentes de quaisquer fatos que, sem a sua existência, não teriam ocorrido, estabelecendo-se, portanto, o nexo de causalidade no sentido de que quando as atividades de seu empreendimento, ou o fato da localização de suas instalações físicas, de qualquer forma, concorrem para o evento causador do dano, responderá civilmente por este.

Outrossim, a existência comprovada da degradação ambiental não é elemento integrante do tipo previsto no art. 19, §2º, 4 e 5 do Decreto 39.424/98; bastando, para tanto, que haja a potencialidade de a mesma vir a ocorrer. Esta é a interpretação que deve ser conferida a expressão "causadores de degradação ambiental". Ainda, convém frisar que a responsabilidade administrativa ambiental se verifica quando ocorrem infrações às normas ambientais.

Por fim, no que concerne à alegação de falta de motivação do Auto de Infração, depreende-se que o documento possui os requisitos impostos pelo art. 24 do Decreto 39.424/98, não podendo prosperar a argumentação do autuado, nem mesmo em relação à suposta aplicação do princípio in dubio pro reo, já que a responsabilidade na esfera administrativa ambiental é objetiva.

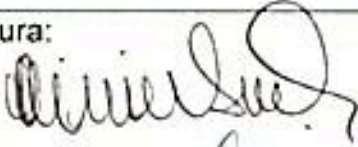
Em tempo, não há que se falar em aplicação dos valores das multas do Decreto 44.844/2008, pois as mesmas são mais gravosas do autuado, não devendo ser aplicadas segundo a inteligência do art. 96 do mesmo diploma legal.

### III - CONCLUSÃO

Recomenda-se ao Presidente da FEAM o indeferimento do Pedido de Reconsideração, mantida a multa aplicada no valor de R\$ 42.564,00, por ser mais favorável ao autuado, nos termos do disposto no 96 do Decreto nº 44.844/2008.



Belo Horizonte, 27 de setembro de 2010.

<b>Autor:</b> Larissa Campos de Oliveira Soares Consultor Jurídico OAB/MG 125.288	<b>Assinatura:</b> 
<b>Aprovado por:</b> Joaquim Martins da Silva Filho Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 16.076 - MASP 1043.804-2	<b>Assinatura:</b> 